



CÓD: OP-012ST-23
7908403541331

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Analista Legislativo- Técnico em Material e
Patrimônio

EDITAL Nº 1, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Língua Portuguesa

1. Interpretação e Compreensão de texto. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo. Tipos textuais. Tipologia da frase portuguesa	9
2. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.....	18
3. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Norma culta.....	20
4. Pontuação e sinais gráficos.	22
5. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa	23
6. Tipos de discurso.....	25
7. Registros de linguagem. Funções da linguagem. Elementos dos atos de comunicação.....	27
8. Estrutura e formação de palavras.....	28
9. Formas de abreviação.	29
10. Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições	30
11. os modalizadores. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade.....	37
12. Os dicionários: tipos.....	38
13. a organização de verbetes	40
14. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos.....	47
15. Latinismos	48
16. Ortografia.....	49
17. acentuação gráfica.....	50
18. A crase.....	51

Língua Inglesa

1. Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa	63
2. Compreensão e interpretação de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais.	63
3. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.....	72
4. Palavras e expressões equivalentes. Elementos de referência.....	99

Direito Constitucional

1. Constituição de 1988: conceito, contexto histórico, características, estrutura do texto; Poder constituinte: conceito, espécies, limites. Princípios Fundamentais	103
2. Princípios Fundamentais	111
3. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos.....	111
4. Organização do Estado: organização político-administrativa, União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios; Intervenção Federal	119
5. Administração Pública: disposições gerais, servidores públicos civis e militares	126

ÍNDICE

6. Poder Legislativo; O Congresso Nacional e suas Casas: atribuições, competências, reuniões e comissões; Regime Jurídico-constitucional dos Parlamentares.....	132
7. Processo Legislativo	137
8. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária	140
9. Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República; Atribuições dos Ministros de Estado	142
10. Poder Judiciário: órgãos, composição, garantias e competências.....	144
11. Funções Essenciais à Justiça	149
12. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	153

Direito Administrativo

1. Conceitos e princípios. Estado. Governo. Administração Pública. Reformas administrativas	181
2. Organização da Administração. Entidades paraestatais e o Terceiro Setor. A Administração na Constituição de 1988...	185
3. Poderes e Deveres Administrativos: poder discricionário, poder regulamentar, poder hierárquico e disciplinar, poder de polícia. Uso e abuso de poder.	198
4. Atos Administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, extinção, nulidades e revogação.....	200
5. Agentes Públicos: disposições constitucionais, regime jurídico, Lei nº 8.112/1990, cargo público, provimento, investidura, estabilidade, acumulação, regime disciplinar e seguridade social.	204
6. Processo Administrativo Federal. Lei nº 9.784/1999.	229
7. Licitações e contratos administrativos: conceito, princípios, contratação direta, modalidades e tipos. Fracionamento de despesas. Fiscalização contratual	235
8. Controle da Administração.....	276
9. Responsabilidade Civil do Estado.	279
10. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).....	282
11. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).....	291
12. Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).....	298

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Estruturas lógicas.	365
2. Lógica de argumentação: analogias, induções, deduções, abduções e conclusões.....	387
3. Lógica sentencial (ou proposicional).	390
4. Proposições simples e compostas. Tabelas-verdade.....	400
5. Equivalências.....	401
6. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem.	403
7. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.....	404
8. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.....	406
	409

Informática e Dados

1. Conceito de Internet e intranet. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, de discussão, de busca, de pesquisa e de redes sociais. aplicativos e procedimentos associados à internet/intranet. Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação web, de correio eletrônico, de grupos.....	365
2. Noções de sistema operacional (ambiente Windows)	380
3. Acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos.	386
4. Edição de textos, planilhas e apresentações (na plataforma Microsoft Office)	387
5. Noções de redes de computadores.....	392
6. Conceitos de proteção e segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, entre outros).....	392
7. Análise de dados. Agrupamentos. Tendências. Projeções	395
8. Dados: conceitos, atributos, métricas, transformação de Dados.....	399
9. Conceitos de Analytics.	405
10. Governança de Dados.	407
11. Governança da informação.	410
12. Noções de Big Data.	410
13. Dados estruturados e não estruturados. Dados abertos. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados. Processos de ETL. Representação de dados numéricos, textuais e estruturados	420
14. Noções de bancos de dados relacionais.	424
15. Exploração de dados: conceituação e características	426
16. Noções do modelo CRISP-DM.	427
17. Técnicas para pré-processamento de dados.....	428
18. Técnicas e tarefas de mineração de dados.....	428
19. Classificação.....	429
20. Regras de associação.	429
21. Análise de agrupamentos (clusterização).	430
22. Segurança da informação.	432
23. Engenharia Social: conceito e principais técnicas. Políticas de segurança. Políticas de classificação da informação	432
24. Sistemas de gestão de segurança da informação.	434

Licitações e Contratos

1. Controle da administração pública nas licitações e contratações públicas.....	441
2. Licitações, contratos administrativos, convênios e acordos. Leilão. Compras e o Sistema de Registro de Preços. Dispensa e inexigibilidade. Procedimento licitatório: edital de licitação; publicação; impugnações; habilitação; julgamento de propostas; homologação; revogação e anulação da licitação; adjudicação	442
3. Planejamento e execução: Plano de contratação, projeto, projeto básico, estudo técnico preliminar e projeto executivo. Regime de licitações e alterações, revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Tratamento diferenciado, favorecido, direito de preferência e margem de preferência. Orçamento base de referência. Previsão orçamentária e financeira. Parcelamento do objeto. Fracionamento de despesas	454
4. Contratos Administrativos: noções gerais, formalização, cláusulas necessárias, cláusulas exorbitantes, prestação de garantia, duração dos contratos, prorrogação de prazos, nulidade, execução, alteração dos contratos, inexecução e rescisão contratual	460

ÍNDICE

5. Contratação de serviços com alocação de mão de obra	469
6. Sanções Administrativas, tutela judicial e aspectos penais.....	470
7. Acordos Administrativos.....	470
8. Recursos administrativos.....	471
9. Fiscalização contratual	473
10. Lei nº 8.666/1993.....	479
11. Lei nº 14.133/2021.....	502
12. Lei nº 13.019/2014	543
13. Lei nº 10.520/2002	558
14. Decreto federal 7.546/2011.....	560
15. Decreto federal de nº 9.507/2018	561
16. Decreto federal de nº 3.555/2000	564
17. Decreto federal de nº 10.024/2019	567
18. Decreto federal de nº 10.947/2022	575
19. Decreto federal de nº 11.246/2022	578
20. Decreto federal de nº 11.461/2022	582
21. Decreto federal de nº 11.462/2023	585

Administração de Recursos Materiais

1. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: Introdução à Administração de Material e Patrimônio.....	595
2. Conceituação de Material e Patrimônio	612
3. O Patrimônio das empresas e órgãos públicos	613
4. O Patrimônio Imobiliário.....	614
5. Cadastro e registro de bens imóveis (SPIU)	615
6. O Patrimônio Mobiliário	615
7. Atividades básicas da Administração de Material e Patrimônio	616
8. Administração Patrimonial: noções sobre responsabilidade civil e administrativa	617
9. O controle dos materiais e do patrimônio	617
10. A movimentação do patrimônio	618
11. Sistema Patrimonial	619
12. Previsão e Controle de Estoque: planejamento, processos e políticas de administração de estoques; determinação de níveis de estoque, tempo de ressuprimento e estoques de segurança; avaliação de estoques – métodos.....	619
13. Almoxarifado: funções, princípios e objetivos; controle, registro, conservação e recuperação de material; técnicas de armazenamento; utilização de espaço; segurança.....	622
14. As compras nas Organizações: Aquisição dos materiais e do patrimônio	624
15. Arquivamento, recebimento, proteção, conservação e distribuição, classificação, padronização, codificação e inventário.....	624
16. Análise do valor e Alienação	625

Administração Pública

1. Administração Pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático	629
2. Planejamento nas organizações públicas	636
3. O ciclo do planejamento (análise do ambiente, objetivos estratégicos, missão, visão, valores)	636
4. Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais	637
5. Governo eletrônico. Transparência da administração Pública. Controle social e cidadania. Accountability. Princípios de governança pública.	649
6. Gestão por competências.....	657
7. Gestão por resultados na produção de serviços públicos	667
8. O ciclo do planejamento em organizações (PDCA)	671
9. Referencial Estratégico das Organizações	671
10. Análise de ambiente interno e externo.....	674
11. Ferramentas de análise de ambiente: análise SWOT, análise de cenários, matriz GUT e ferramenta 5W2H	678
12. Negócio, missão,visão de futuro, valores.	678
13. Indicadores de desempenho. Tipos de indicadores. Variáveis componentes dos indicadores.....	679
14. Gestão e controle de processos e projetos: planejamento, elaboração, desenvolvimento, decisão, direção, execução e implantação, controle, resultados, avaliação de desempenho, análise e documentação	680

Administração Orçamentária e Financeira

1. Orçamento Público: conceitos e princípios; Orçamento-programa: fundamentos e técnicas	687
2. O orçamento na Constituição de 1988.....	693
3. Processo de planejamento orçamentário: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual ...	705
4. Classificações orçamentárias: conceituação, classificação e estágios da receita e da despesa públicas	713
5. Dívida ativa; Regime de adiantamento (suprimento de fundo)	715
6. Restos a pagar; Despesas de exercícios anteriores	716
7. Dívida pública; Descentralização de créditos	719
8. Conta única do Tesouro Nacional	721
9. Reconhecimento de dívida	721

Estatística

1. Metodologia e utilização da estatística. Variáveis quantitativas e qualitativas. Séries estatísticas	727
2. Organização e apresentação de variáveis.	729
3. Métodos para sumarização e análise exploratória de dados. Distribuição de frequências: absoluta, relativa, acumulada. Medidas de posição: média, moda, mediana e quartis. Medidas de dispersão: amplitude, variância, desvio-padrão, coeficiente de variação, amplitude interquartil. Correlação. Histogramas e curvas de frequência. Diagrama de caixa (boxplot) e identificação de valores atípicos (outliers). Diagrama de dispersão	730
4. Análise de dados categorizados.	750
5. Distribuições de probabilidade. Distribuição binomial. Distribuição normal	753

ÍNDICE

6. Inferência estatística. Estimação de parâmetros por ponto e por intervalo. Intervalo de confiança. Testes de hipóteses. Testes paramétricos: médias e proporções	755
7. Análise de regressão linear.....	757
8. Técnicas de Amostragem.....	759
9. Séries Temporais: componentes estruturais das séries temporais e médias móveis.....	760

Elementos envolvidos na interpretação textual³

Toda interpretação de texto envolve alguns elementos, os quais precisam ser levados em consideração para uma interpretação completa

a) Texto: é a manifestação da linguagem. O texto⁴ é uma unidade global de comunicação que expressa uma ideia ou trata de um assunto determinado, tendo como referência a situação comunicativa concreta em que foi produzido, ou seja, o contexto. São enunciados constituídos de diferentes formas de linguagem (verbal, vocal, visual) cujo objetivo é comunicar. Todo texto se constrói numa relação entre essas linguagens, as informações, o autor e seus leitores. Ao pensarmos na linguagem verbal, ele se estrutura no encadeamento de frases que se ligam por mecanismos de coesão (relação entre as palavras e frases) e coerência (relação entre as informações). Essa relação entre as estruturas linguísticas e a organização das ideias geram a construção de diferentes sentidos. O texto constitui-se na verdade em um espaço de interação entre autores e leitores de contextos diversos. ⁵Dizemos que o texto é um todo organizado de sentido construído pela relação de sentido entre palavras e frases interligadas.

b) Contexto: é a unidade maior em que uma menor se insere. Pode ser extra ou intralinguístico. O primeiro refere-se a tudo mais que possa estar relacionado ao ato da comunicação, como época, lugar, hábitos linguísticos, grupo social, cultural ou etário dos falantes aos tempos e lugares de produção e de recepção do texto. Toda fala ou escrita ocorre em situações sociais, históricas e culturais. A consideração desses espaços de circulação do texto leva-nos a descobrir sentidos variados durante a leitura. O segundo se refere às relações estabelecidas entre palavras e ideias dentro do texto. Muitas vezes, o entendimento de uma palavra ou ideia só ocorre se considerarmos sua posição dentro da frase e do parágrafo e a relação que ela estabelece com as palavras e com as informações que a precedem ou a sucedem. Vamos a dois exemplos para entendermos esses dois contextos, muito necessários à interpretação de um texto.

Observemos o primeiro texto



<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/01/o-mundo-visto-bpor-mafaldab.html>

Na tirinha anterior, a personagem Mafalda afirma ao Felipe que há um doente na casa dela. Quando pensamos na palavra doente, já pensamos em um ser vivo com alguma enfermidade. Entretanto, ao adentrar o quarto, o leitor se depara com o globo terrestre deitado sobre a cama. A interpretação desse texto, constituído de linguagem verbal e visual, ocorre pela relação que estabelecemos entre o texto e o contexto extralinguístico. Se pensarmos nas possíveis doenças do mundo, há diversas possibilidades de sentido de acordo com o contexto relacionado, dentre as quais listamos: problemas ambientais, corrupção, problemas ditatoriais (relacionados ao contexto de produção das tiras da Mafalda), entre outros.

Observemos agora um exemplo de intralinguístico



<https://www.imagemwhats.com.br/tirinhas-do-calvin-e-haroldo-para-compartilhar-143/>

³ <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/redacao/o-que-texto.htm>

KOCH, Ingedore V. e ELIAS, Vanda M. *Ler e Compreender os Sentidos do Texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

⁴ <https://www.enemvirtual.com.br/o-que-e-texto-e-contexto/>

⁵ PLATÃO, Fiorin, *Lições sobre o texto*. Ática 2011.

facilidade; demanda conhecimento prévio do leitor; exigência de análise e deduções por parte do leitor; os elementos do texto pré-existente não estão evidentes na nova estrutura.

— Tipos de Intertextualidade

1 – Paródia: é o processo de intertextualidade que faz uso da crítica ou da ironia, com a finalidade de subverter o sentido original do texto. A modificação ocorre apenas no conteúdo, enquanto a estrutura permanece inalterada. É muito comum nas músicas, no cinema e em espetáculos de humor. Observe o exemplo da primeira estrofe do poema “*Vou-me embora pra Pasárgada*”, de Manuel Bandeira:

TEXTO ORIGINAL

“Vou-me embora para Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei?”

PARÓDIA DE MILLÔR FERNANDES

“Que Manoel Bandeira me perdoe, mas vou-me embora de
Pasárgada
Sou inimigo do Rei
Não tenho nada que eu quero
Não tenho e nunca terei”

2 – Paráfrase: aqui, ocorre a reafirmação sentido do texto inicial, porém, a estrutura da nova produção nada tem a ver com a primeira. É a reprodução de um texto com as palavras de quem escreve o novo texto, isto é, os conceitos do primeiro texto são preservados, porém, são relatados de forma diferente. Exemplos: observe as frases originais e suas respectivas paráfrases:

“Deus ajuda quem cedo madruga” – *A professora ajuda quem muito estuda.*

“To be or not to be, that is the question” – *Tupi or not tupi, that is the question.*

3 – Alusão: é a referência, em um novo texto, de uma dada obra, situação ou personagem já retratados em textos anteriores, de forma simples, objetiva e sem quaisquer aprofundamentos. Veja o exemplo a seguir:

“Isso é presente de grego” – alusão à mitologia em que os troianos caem em armadilha armada pelos gregos durante a Guerra de Troia.

4 – Citação: trata-se da reescrita literal de um texto, isto é, consiste em extrair o trecho útil de um texto e copiá-lo em outro. A citação está sempre presente em trabalhos científicos, como artigos, dissertações e teses. Para que não configure plágio (uma falta grave no meio acadêmico e, inclusive, sujeita a processo judicial), a citação exige a indicação do autor original e inserção entre aspas. Exemplo:

“Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.”

(Lavoisier, Antoine-Laurent, 1773).

5 – Crossover: com denominação em inglês que significa “cruzamento”, esse tipo de intertextualidade tem sido muito explorado nas mídias visuais e audiovisuais, como televisão, séries e cinema. Basicamente, é a inserção de um personagem próprio de um universo fictício em um mundo de ficção diferente. *Freddy & Jason* é um grande *crossover* do gênero de horror no cinema.

Exemplo:



Fonte: <https://www.correioabraziliense.com.br>

6) Epígrafe: é a transição de uma pequena passagem do texto de origem na abertura do texto corrente. Em geral, a epígrafe está localizada no início da página, à direita e em itálico. Mesmo sendo uma passagem “solta”, esse tipo de intertextualidade está sempre relacionado ao teor do novo texto.

Exemplo:

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,
mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre
aquilo que todo mundo vê.”

Arthur Schopenhauer

ESTRUTURA DA FRASE PORTUGUESA: OPERAÇÕES DE DESLOCAMENTO, SUBSTITUIÇÃO, MODIFICAÇÃO E CORREÇÃO. PROBLEMAS ESTRUTURAIS DAS FRASES. NORMA CULTA

NORMA CULTA

A norma culta é um conjunto de padrões que definem quando um idioma está sendo empregado corretamente pelos seus falantes. Trata-se de uma expressão empregada pelos linguistas brasileiros para designar o conjunto de variedades linguísticas produzidas pelos falantes classificados como cidadãos nascidos e criados em zona urbana e com nível de escolaridade elevado. Assim, a norma culta define o uso correto da Língua Portuguesa com base no que está escrito nos livros de gramática.

A aprendizagem da língua inicia-se em casa, no contexto familiar, que é o primeiro círculo social para uma criança. A criança imita o que ouve e aprende, aos poucos, o vocabulário e as leis

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§3º - Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§2º e 3º.

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;

II - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§3º Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato.

Comissões Parlamentares e Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)

– Comissões e Mesas

A Constituição Federal faculta ao Congresso Nacional e suas Casas Legislativas (Câmara e Senado) a criação de Comissões permanentes e temporárias, que deverão ser constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação (Artigo 58, caput, da CF).

Por seu turno, as Mesas são órgãos de direção superior da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, cuja composição possui mandato de dois anos, sendo vedada a reeleição para o mesmo cargo (Artigo 57, §4º, da CF).

– Comissão Parlamentar de Inquérito

Tem como fundamento a função típica fiscalizatória do Poder Legislativo e é uma consequência direta e imediata da adoção do sistema de freios e contrapesos previsto na Constituição.

São criadas com a finalidade de apurar fato determinado relevante para a sociedade e a sua previsão constitucional encontra-se no Artigo 58, §3º, da CF.

Vamos aos dispositivos constitucionais correspondentes:

SEÇÃO VI DAS REUNIÕES

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

§1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§3º Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

I - inaugurar a sessão legislativa;

II - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;

III - receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar.

§4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§5º A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

§6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I - pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República;

II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do §8º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.